

Seminário “Trabalho, Políticas Activas de Empreendedorismo e Estratégia UE2020”

Maria Helena André

Senhoras e senhores deputados

Ilustres convidados

Senhoras e senhores

Uma das poucas certezas que temos nos nossos dias é a rapidez das mudanças que se operam a todos os níveis e em todos os mercados. Isto implica que identifiquemos os desafios com que nos confrontamos, a nível mundial, europeu e nacional.

Estamos mergulhados na maior crise económica mundial desde há mais de 80 anos, gradualmente o centro de gravidade do mundo desloca-se para a Ásia e para os países do Sul, assistimos a um aumento brutal do consumo mundial de energia, aliado a profundas alterações climáticas, trazendo consigo grandes incertezas sobre preços e fornecimento e disponibilidade. O ritmo da inovação e evolução tecnológica não para, implicando ajustamentos fortes ao nível das economias mundiais.

A Europa não pode ficar indiferente a estas mudanças. Tem de ter a capacidade de responder energicamente, tanto a nível regional como mundial e demonstrar que está equipada para enfrentar os seus desafios internos ao mesmo tempo que assume um papel de actor importante na cena internacional.

Os Estados Membros, e Portugal não é excepção, vivem os efeitos de uma crise financeira internacional sem precedentes, com graves repercussões na economia e no mercado de trabalho.

Tal significa que a política social e laboral dos Estados membros da União Europeia estará sobre grande pressão durante um período prolongado, durante o qual as necessidades de protecção dos cidadãos terão de ser enfrentadas com meios financeiros públicos mais reduzidos do que os tradicionalmente disponíveis.

Simultaneamente, haverá que absorver as consequências orçamentais da travagem da crise financeira global e da salvação do sistema financeiro, e do esforço adicional e inevitável que foi pedido às políticas públicas de mercado de trabalho para impedir que a crise financeira global se transformasse numa crise económica e social de consequências inaceitáveis nas democracias que integram a União Europeia.

Neste sentido, a crise financeira global é, para além do mais, um revelador das tensões a que está sujeita a dimensão social europeia e, em particular, a crise do modelo de regulação económica e social.

Portugal está hoje perante dois desafios que, embora com variações nacionais relevantes, são, julgo, comuns à generalidade dos Estados membros da União Europeia.

O primeiro desafio consiste em enfrentar as consequências económicas e sociais da crise, isto é, em promover o crescimento económico, o crescimento do emprego viável e em evitar o alastramento da pobreza e da desigualdade.

Os cidadãos não podem ser deixados à mercê das insuficiências e das falências do funcionamento dos mercados ou da assimetria das relações de poder no mundo do trabalho e na sociedade em geral.

Por isso, as políticas públicas de combate à pobreza e à exclusão social devem ser entendidas como parte integrante de um conjunto globalmente coerente de políticas sociais que prefiram o emprego ao subsídio, o bom emprego ao emprego precário e que protejam as transições favoráveis ao desenvolvimento da equidade e da mobilidade social em Portugal.

Para o Governo, o papel das políticas públicas é esse: intervir directamente para obter os resultados e induzir comportamentos socialmente responsáveis, quer dos cidadãos, quer dos restantes decisores relevantes, com que se constrói a solidariedade social.

O segundo desafio consiste em criar, a partir das instituições de que dispomos, uma nova articulação, mais virtuosa entre iniciativa e regulação, entre lucro e utilidade social, entre disciplina orçamental e crescimento económico, entre eficiência económica, equidade social, emprego e sustentabilidade social.

Quer do ponto de vista geoestratégico, quer dos pontos de vista ambiental, demográfico, societal e tecnológico, nem as sociedades europeias são iguais às das décadas de cinquenta a setenta do século passado, nem a posição da Europa no mundo é análoga.

É para as sociedades europeias contemporâneas e para o mundo de hoje que precisamos e construir uma nova articulação, mais justa e mais eficaz, para as tensões que enumerei acima.

Se queremos almejar ao sucesso, essa nova articulação não pode ignorar nem as desigualdades homem/mulher, nem a volatilidade e a descontinuidade crescente do emprego, nem a necessidade do envelhecimento activo, nem os imperativos do crescimento económico ser ambientalmente sustentável.

Estes desafios significam que viveremos nos próximos anos um período em que a destruição de emprego será intensa e em que, portanto, a criação de empregos viáveis de boa qualidade e a protecção da mobilidade – quer dentro das empresas, quer entre empregos – será decisiva.

É bem certo que os nossos sistemas de emprego, de regulação dos mercados de trabalho e de protecção social precisam de ser adaptados ao duplo desafio da sustentabilidade financeira e da sustentabilidade social.

Só assim poderão responder adequadamente quer à exigência da viabilidade financeira dos compromissos no médio e longo prazo, quer à adequação dos recursos públicos consagrados à protecção dos riscos sociais e à capacitação de que os cidadãos carecem para darem respostas positivas aos desafios com que eles próprios e as suas famílias estão confrontadas.

Mas parece-me igualmente seguro que tal não poderá ser feito com sucesso sem que encontremos novas respostas para uma mudança institucional que permita (i) uma nova forma de repartição de funções entre a UE e os Estados-Membros, (ii) um novo balanço entre a lei e o diálogo social, quer ao nível europeu, quer ao nível nacional e (iii) um novo compromisso entre riscos económicos e sociais e apoios públicos à segurança e á capacitação dos cidadãos.

Tenho consciência de que o que proponho não será alcançável de um dia para o outro. Mas é com este objectivo que lançaremos, amanhã, um debate na concertação social. Os parceiros sociais são os actores melhor posicionados para que encontremos colectivamente estas novas respostas.

Também temos de valorizar todo o trabalho que foi feito até agora. Ao nível das políticas activas de emprego, pugnando pela melhoria das condições de empregabilidade, a curto e a médio prazo da nossa população activa, e em especial dos segmentos da população que revelem maiores dificuldades no acesso e na manutenção ao mercado de trabalho, os jovens, os trabalhadores seniores, mas igualmente os trabalhadores adultos activos.

Devemos encorajar fortemente as pessoas e os empregadores a investir com vantagem no desenvolvimento das suas competências, a fim de beneficiar do potencial de todos.

Em Portugal, numa perspectiva de opção política, o Programa do XVIII Governo Constitucional elegeu como prioritário reforçar a pareceria com o sector da economia social. Esta aposta funda-se no reconhecimento de que este sector da economia contribui de forma decisiva para a criação de riqueza, a criação de emprego e, em grande medida, para a simultânea promoção da coesão social e da racionalização dos recursos públicos, atenta a sua capacidade de gerar mais oferta social a custos inferiores.

No âmbito da prioridade conferida às políticas activas de emprego, importa realçar a importância das políticas sectoriais que promovam o emprego em sectores dinamizadores da nossa economia. E porque acreditamos que a diversificação sectorial é uma solução para o desemprego, alargar o reconhecimento e fomentar a participação das instituições da economia social na produção de bens e serviços, em actividades tradicionais ou em novas áreas, valorizar o seu papel na criação de emprego e apoiar de forma activa a sua capacitação, quer ao nível da organização e gestão, qualificação dos recursos humanos e capacidade de inovação, são os objectivos centrais de uma renovada parceria público-social que defendemos e queremos prosseguir.

Destaco, em particular, a criação de uma linha de crédito bonificado específica para o sector social; o estabelecimento de um programa nacional de microcrédito ou, ainda, a criação de um programa de apoio à qualificação institucional das diversas entidades que constituem o sector social da economia, implementando um programa de formação profissional de apoio à gestão e modernização das cooperativas, das instituições particulares de solidariedade social, das misericórdias, das mutualidades, das associações de desenvolvimento local e outras entidades sem fins lucrativos.

Minhas senhoras e meus senhores,

Impulsionar o empreendedorismo, através da disseminação de uma cultura de iniciativa, inovação e risco e do estímulo, insere-se na edificação de um novo paradigma socioeconómico baseado na inovação e no conhecimento, enunciado na Estratégia de Lisboa e reafirmado, recentemente, na Estratégia Europa 2020, lançada a 3 de Março de 2010, e que procura responder ao período pós-crise, preparando as economias europeias os desafios da próxima década.

De facto, importa sensibilizar a sociedade para a importância da promoção do empreendedorismo quer ao nível das atitudes, procurando induzir comportamentos propícios ao desenvolvimento de uma cultura tecnológica e empreendedora, quer ao nível da concretização, disponibilizando um conjunto de instrumentos e ferramentas de natureza técnica e financeira que dinamizem o empreendedorismo empresarial, promovendo a criação, a mobilidade e a qualidade do emprego.

Distinguindo o empreendedorismo como recurso fundamental das políticas activa de emprego, o Programa Operacional Potencial Humano contempla o apoio a iniciativas empresariais de base local e a iniciativas de criação do próprio emprego, que privilegiarão como destinatários as pessoas

desempregadas, os jovens à procura do primeiro emprego e os activos em risco de desemprego.

O apoio ao empreendedorismo feminino enquadra-se igualmente nesta prioridade estratégica, revelando-se um instrumento privilegiado no reforço da intervenção das mulheres em todos os sectores da vida social, proporcionando-lhes a independência económica determinante para o exercício de uma cidadania livre e autónoma.

Termino com um apelo.

Uma crise como esta exige de todos os portugueses uma mobilização conjunta capaz de contribuir para a sua superação requerendo quer intervenção de políticas públicas quer a acção conjunta dos parceiros sociais e, nesta medida, a promoção do empreendedorismo – enquanto processo dinâmico a partir do qual os indivíduos identificam, funcionando em parceria ou trabalhando em rede, oportunidades económicas e, respondem, produzindo e vendendo bens e serviços – propiciará certamente mais equilíbrio social.